



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638124 - RJ (2021/0000121-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : LUIZ FELLIPE GOMES PINTO
ADVOGADO : LUIZ FELLIPE GOMES PINTO - RJ190337
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MURAD MOHAMAD (PRESO)
PACIENTE : OMAR MOHAMAD (PRESO)
CORRÉU : CELSO MOURA FERREIRA
CORRÉU : FRANCISCO VALENTIM DE SOUZA JUNIOR
CORRÉU : PAULO EDUARDO DA SILVA AZEVEDO
CORRÉU : DURVAL DE SOUZA TEIXEIRA
CORRÉU : DALMIR PEREIRA BARBOSA
CORRÉU : EPAMINONDAS DE QUEIROZ MEDEIROS JUNIOR
CORRÉU : ANTONIO JOSE CARNEIRO DE CARVALHO LACERDA
CORRÉU : DOUGLAS RODRIGUES MOREIRA
CORRÉU : WAGNER IGNACIO
CORRÉU : FABIO COSTA DA SILVA
CORRÉU : ALEX FABIANO COSTA DE ABREU
CORRÉU : JORGE LUIZ CAMILLO ALVES
CORRÉU : WESLEY DA SILVA RODRIGUES
CORRÉU : ALEX BATISTA DOS SANTOS
CORRÉU : ANTONIO NARCELIO SILVA DA COSTA
CORRÉU : RAMON COSTA DOS SANTOS
CORRÉU : LUCAS DE SOUZA MATTOS
CORRÉU : MARCUS VINICIUS AZEVEDO RAMALHO
CORRÉU : RODRIGO VASSALI DUTRA
CORRÉU : ANTONIA CARDOSO ALMEIDA
CORRÉU : RODRIGO RODRIGUES FONSECA
CORRÉU : CAIO FERNANDO COSTA DE OLIVEIRA
CORRÉU : ERILEIDE BARBOSA DA ROCHA
CORRÉU : ADGINALDO DOS SANTOS
CORRÉU : CHARLES MARQUES BASILIO GOMES
CORRÉU : ISAMAR MOURA
CORRÉU : FRANCISCO DAS CHAGAS DE BRITO CASTRO
CORRÉU : WALTER ALVES DE BRITO
CORRÉU : RAELSON VIEIRA BRITO
CORRÉU : JOSIANA SOUSA DA SILVA
CORRÉU : FERNANDO BRAGA RIBEIRO

CORRÉU : CARLA ALEXANDRA DA FONSECA DE ARAÚJO
CORRÉU : BRUNO LEONARDO FONSECA TEIXEIRA
CORRÉU : FRANCISCO FRANCINARIO BEZERRA
CORRÉU : HIGOR ALBERTO RUFINO
CORRÉU : TEREZA PAULA SILVA FELIPE
CORRÉU : RAFAEL JESUS DE OLIVEIRA
CORRÉU : UENDSON CONCEICAO BATISTA
CORRÉU : GEOVA FIDELIS SOARES
CORRÉU : JOAILTON DE OLIVEIRA GUIMARAES
CORRÉU : DANIEL ALVES DE SOUZA
CORRÉU : BRUNO PUPE CANCELLA
CORRÉU : ANTONIO RONDYNELE SILVA SOUSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MURAD MOHAMAD E OMAR MOHAMAD em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (03078182420208190001).

Consta dos autos que os pacientes estão sendo processados pelo crime do art. 2º, §§ 2º e 4º, II, da Lei 12.850/2013. O paciente Murad Mohamad também pelo crime do artigo 333, parágrafo único, do Código Penal, por 2 vezes.

Sustenta o impetrante que as condições do sistema carcerário são precárias e incapazes de proporcionar a segurança necessária diante da pandemia de covid-19.

Aduz que os pacientes são do grupo de vulneráveis à covid-19 e, conforme a Recomendação n. 62/2020 do CNJ, devem aguardar o julgamento em liberdade ou em prisão domiciliar.

Alega que em razão “das provas acarreadas no processo, os antecedentes criminais dos pacientes, os históricos de saúde precária dos mesmos e do sistema prisional do nosso país” é plenamente justificável que os pacientes aguardem o julgamento do processo em liberdade, ou em suas residências, sendo suficientes as demais medidas cautelares não-prisionais previstas no art. 319 do CPP.

Em suas razões, sustenta ainda o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação processual dos pacientes, com condições pessoais favoráveis, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes do art. 312 do CPP.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que sejam colocados os pacientes em liberdade, ou subsidiariamente, ao menos seja concedida a prisão domiciliar

ao paciente Murad Mohamad, até o julgamento final do presente habeas corpus.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, especialmente porque o relator consignou na decisão monocrática impugnada que (fls. 58/59):

A pandemia do coronavírus - embora aterradora - não serve como argumento genérico em prol da libertação irrestrita e indiscriminada de presos. Ao contrário da contaminação localizada (como poderia ocorrer, por exemplo, em caso de surto epidêmico em determinado presídio), a COVID-19 é uma doença generalizada, que se dissemina e se potencializa a partir do contato ou proximidade com pessoas infectadas, o que justifica o isolamento social para todos.

A despeito das mazelas do sistema prisional brasileiro, entendo que o Paciente estará mais protegido da COVID-19 dentro da unidade

prisional, considerando o dever de o Poder Público zelar pela saúde da população carcerária e, no caso específico do coronavírus, identificar e isolar custodiados que, eventualmente, venham a contrair a doença.

[...]

Ademais, no caso vertente, não houve apresentação de qualquer elemento que justifique o relaxamento da prisão determinada em consonância com os ditames do art. 312 do CPP. Os elementos constantes dos autos principais não evidenciam a ilegalidade da prisão

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente